



Leia neste número:

Imposto residual será devolvido	01
Dia Nacional de Paralisação contra Reforma	02
Juízes dizem que mudança trará incertezas	02
Jornada 2030: Promovendo os ODS	03
Centrais denunciam Reforma na OEA	03
Desafios do Sindicalismo na Atual Conjuntura	04
Benzeno não é flor que se cheire	04
26º Congresso Sindical Comerciário	04
Trabalhador sindicalizado ganha mais	04

Imposto sindical residual será devolvido

Ministério e centrais firmam acordo para restituir saldo residual do imposto

Com a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT), foi selado acordo para devolução de recursos do imposto sindical que não foram repassados pelo governo federal para as centrais sindicais, federações e até alguns sindicatos. Os valores ficaram retidos devido à ocorrência de erros no preenchimento de códigos identificadores das entidades de representatividade, o que fez com que os recursos recolhidos permanecessem em conta específica do Ministério do Trabalho, resultando no resíduo requerido pelas centrais sindicais.

Na audiência, realizada em 5 de outubro, na sede do MPT, em Brasília, foi firmado um termo de mediação assinado por sete centrais sindicais, Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal (CEF), Advocacia-Geral da União (AGU) e MPT. Representando as centrais na audiência, Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical; **Laurenço Prado, da União Geral dos Trabalhadores - UGT**; Quintino Severo, da CUT; Álvaro Egea, da CSB, e José Calixto Ramos, da Nova Central.



Um dos pontos acordados é o compromisso do Ministério do Trabalho de fazer, junto com a CEF, o levantamento dos valores que não foram repassados para as entidades sindicais. O primeiro ato será a revogação de uma portaria que paralisou a tramitação de cerca de 500 processos de restituição. O montante da dívida ainda será apurado pelo ministério, mas, pelo acordo, as centrais concordaram em destinar 15% do total para ações de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil.

Centrais Cobraram Governo

Ao identificar a retenção de parte da contribuição sindical devida pelo governo federal, entre 2008 e 2015, as centrais procuraram o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para cobrar a dívida e também o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, para mediar a negociação entre os sindicalistas e o governo. Fleury conversou com Nogueira e marcou a primeira audiência de negociação na última semana de setembro.

A previsão é de que os primeiros valores sejam identificados nos próximos 30 dias. Quando identificados, os beneficiários do saldo residual receberão os valores devidos; quando não identificados, os recursos deverão ser divididos proporcionalmente entre as entidades de representação. As centrais e entidades sindicais que aderirem ao acordo, também se comprometem a não buscar reparação civil e criminal dessa dívida na Justiça.

Em nome do MPT e da sociedade, o procurador agradeceu a disposição das centrais de abrir mão de 15% do total a que terão direito, em prol da fiscalização do trabalho escravo e infantil. Mesmo sem informações precisas a respeito do montante, Fleury acredita que os valores sejam significativos.

O ministro do Trabalho anunciou a formação de um Grupo de Trabalho (GT) que será responsável pela edição de uma portaria contendo os ritos para providenciar a aferição de recursos e a devida destinação. O GT será integrado pelas centrais sindicais, junto aos técnicos do Ministério do Trabalho, CEF e AGU. O dia 28 de outubro foi definido como data para a publicação da portaria.



UGT nos seus dez anos de luta

10 de Novembro

Dia Nacional de Paralisação contra Reforma

Centrais sindicais realizam reunião para debater impacto da nova Lei Trabalhista

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, juntamente com representantes da CUT, CTB, Nova Central, CSB e Dieese se reuniram na manhã desta segunda-feira (02), na sede da Força Sindical, em São Paulo para avaliar os impactos da reforma trabalhista para o movimento sindical brasileiro e para os trabalhadores.

“É uma situação muito preocupante, pois o que fizeram com essa reforma trabalhista, a meu ver, é muito mais para promover uma devassa do ponto de vista da vida e da existência dos sindicatos do que propriamente a reforma trabalhista”, afirmou **Francisco Pereira (Chiquinho), diretor de Organização e Políticas Sindicais da UGT**.



Acompanhando a linha de pensamento de João Carlos Juruna, secretário Geral da Força Sindical, o dirigente ugetista defendeu que o movimento sindical precisa mudar seu posicionamento em relação às formas de negociação propostas na nova Lei Trabalhista. “Precisamos mudar o discurso, pois para realizar o negociado sobre o legislado, é preciso ter entidades vivas para isso, para poder fazer essas negociações”, disse Chiquinho.

Canindé Pegado, secretário Geral da UGT enfatizou que o movimento sindical, a partir de agora, precisa ser objetivo sobre o que realmente vai acontecer quando a reforma entrar em vigor para poder alertar a sociedade, com a produção de um material didático. “Precisamos alertar nossos companheiros de base.”

Os dirigentes sindicais definiram um calendário de ação que terá em **10 de novembro**, um **Dia Nacional de Paralisação**, para expressar a insatisfação do movimento sindical em relação à nova Lei Trabalhista e para alertar a sociedade de que o governo tentará votar a reforma previdenciária, penalizando ainda mais a camada mais pobre da sociedade.

Juízes dizem que mudança na CLT trará incertezas

A pouco mais de um mês para entrar em vigor, a reforma trabalhista ainda enfrenta forte resistência de parte dos juízes do Trabalho, que apontam pontos do texto em conflito com a Constituição ou com acordos firmados internacionalmente.

Diante desse quadro, magistrados e advogados consideram que os primeiros meses de aplicação das novas regras podem ser turbulentos, causando incerteza jurídica e dificultando o planejamento das empresas.

À frente das críticas, está a **Associação Nacional dos Magistrados (Anamatra)**, para quem muitos trechos correm o risco de “não pegar”. Aprovada às pressas e com erros técnicos, diz a Anamatra, a reforma trabalhista criará um “caos jurídico”, caso seja aplicada com literalidade, como querem os defensores da mudança.

“Para se ter uma ideia, a nova lei resolveu regular o dano extrapatrimonial, especificar que bens podem ser violados e dar margem para dano moral. Mas na lei você não encontra direito à vida, à liberdade, à expressão religiosa. Se esses bens forem violados na relação do trabalho, não vai ter espaço para danos morais?”, exemplifica o presidente da associação, **Guilherme Feliciano**.

Juíza do Trabalho em Belém (PA), **Maria de Nazaré Medeiros** se mostra inclinada a não aplicar parte das mudanças como a da atividade intermitente. Ela vê grandes chances de que esse ponto seja julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O trabalho intermitente “atenta contra o valor social do trabalho, que está lá na Constituição”, diz.

Parte desses questionamentos, no entanto, podem ser reduzidos através da Medida Provisória (MP) que o governo do presidente Michel Temer deve editar para acompanhar a promulgação da reforma, prevista para 11 de novembro. A MP foi uma promessa do Planalto para evitar que o Senado alterasse o texto aprovado na Câmara, o que atrasaria sua tramitação.

A Anamatra realizou a **2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho** encerrada na terça, dia 10, que foi marcado pela aprovação de 125 enunciados, sendo 58 aglutinados e 67 individuais, sobre a interpretação e aplicação da Lei nº 13.467/2017 (reforma trabalhista). O evento reuniu mais de 600 juízes, procuradores e auditores fiscais do Trabalho, além de advogados e outros operadores do Direito que, divididos em oito comissões temáticas, debateram mais de 300 propostas de enunciados sobre a nova norma.



Leia a íntegra
dos enunciados
aprovados

Jornada 2030: Promovendo os ODS

A **União Geral dos Trabalhadores no Estado do Paraná**, irá realizar nos dias **29 a 31 de outubro de 2017**, na cidade de Foz do Iguaçu, o seminário Jornada 2030 Promovendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esse evento conta com o apoio nacional da **UGT – União Geral dos Trabalhadores**, e também de importantes parceiros, dentre os quais a Itaipu Binacional; a Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná; do Governo do Estado do Paraná e da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

Os ODS foram aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (25-27 de setembro de 2015), e a sua implementação é um desafio que requer parcerias globais, com a participação ativa de todos, incluindo governos – em todos os níveis, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas.

A ação sindical, hoje, aborda questões que vão além do debate sobre salários e condições de trabalho. Saúde, educação, segurança, mobilidade urbana e muitos outros temas impactam a vida do trabalhador, da trabalhadora e de todo o eixo familiar, permeando seus medos, sonhos e desafios. Essa realidade transforma a capacidade de interação dos sindicatos com outros interlocutores, tais como: poder público, meios de comunicação, universidade e outras organizações que ampliam o espectro e o trabalho desenvolvido pelas entidades sindicais, em especial a UGT e suas entidades filiadas.

Enxergar as pessoas de forma ampla e, a partir disso, trabalhar em prol de melhorias em todas essas esferas é o atual papel dos sindicatos, num conceito denominado sindicalismo cidadão. Os ODS buscam atender as mesmas expectativas: a melhoria das condições de vida e trabalho para milhares de homens e mulheres em todo o planeta.

Portanto, a ação sindical e ODS, são elementos integrados e complementares, de extrema relevância, sendo mencionado em iniciativas de organizações sindicais internacionais como a Confederação Sindical Internacional (CSI) e da OIT – Organização Internacional do Trabalho. É possível dizer com segurança, que o movimento sindical hoje é crucial para a construção de um mundo mais justo, digno e igualitário, proporcionando qualidade de vida aos trabalhadores e trabalhadoras. Os ODS certamente são parte integrante nessa jornada.

Paulo Rossi, presidente da UGT-Paraná

Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores

SEMINÁRIO:
PROMOVENDO OS
OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

JORNADA
2030
17 OBJETIVOS PARA MUDAR O MUNDO

29 a 31 outubro 2017
Rafain Palace Hotel
Foz do Iguaçu PR

REALIZAÇÃO: UGT
PATROCÍNIO: ITAIPU BINACIONAL, SANEPAR
APOIO: GOV. DO PARANÁ, PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, UGT

CLIQUE AQUI!
inscrições
Limitadas

Centrais denunciaram Reforma na OEA

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), juntamente com a Central Única de Trabalhadores (CUT) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) ofereceram denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a Reforma Trabalhista e Terceirização no Brasil, sua apreciação acontecerá durante o 165º Período Ordinário de Sessões dessa comissão, a ser realizado de 23 a 27 de outubro, em Montevideo, Uruguai.

O objetivo das centrais é o de expor as ações praticadas pelo Governo brasileiro que, ao impor para a sociedade profundas mudanças sem o devido debate e aprovar leis que regredem séculos em termos de relações laborais e garantias de direitos humanos, sucumbiu às exigências mercadológicas de grupos financeiros em detrimento ao capital humano.

Com essa medida, a UGT e suas entidades coirmãs terão a oportunidade, muitas vezes negada pelo Governo brasileiro, de mostrar como tais medidas já aprovadas de forma açodada violam diversas normas internacionais, principalmente as de Direitos Humanos das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos e da Organização Internacional do Trabalho.



Conheça os 17
Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável

Desafios do Sindicalismo na Atual Conjuntura

A Fesmepar- Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais do Paraná promoveu nesta quinta (5) e sexta-feira (6), seminário “Os Desafios do Sindicalismo na Atual Conjuntura Nacional”. O evento realizado nas dependências do Condor Hotel, em Curitiba, reuniu representantes sindicais de todo o Estado do Paraná, além de líderes sindicais de outros Estados brasileiros.



Na tarde de quinta, o **presidente nacional da UGT Ricardo Patah** falou sobre a conjuntura do movimento sindical, levando em consideração o novo cenário resultante da reforma trabalhista que representa um retrocesso sem precedentes nos direitos trabalhistas duramente conquistados ao longo dos últimos anos.

No seminário também foram debatidas questões de custeio das entidades sindicais, a chamada quarta revolução industrial, a conjuntura sindical internacional e ainda uma análise dos atuais projetos já aprovados ou em discussão no Congresso Nacional.

Benzeno não é flor que se cheire

Abrangente aos dezesseis sindicatos dos frentistas de São Paulo e aos cem mil trabalhadores do Estado, ação de quinze meses vai promover diversas atividades de prevenção à exposição ocupacional ao benzeno, substância química e cancerígena presente nos combustíveis.

A campanha “**Benzeno não é Flor que se Cheire**” foi lançada no **Sindicato Frentistas de Campinas, entidade filiada a União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, na manhã do dia 10 de outubro. O evento comemora mês **da Luta Nacional contra a exposição ao Benzeno** celebrada no dia 5.

Durante a solenidade, o dirigente do Sinpospetro- Campinas, Raimundo Nonato de Souza (Biro), fez um balanço das atividades de prevenção ao benzeno desenvolvidas de forma permanente, pelo sindicato, em conjunto com o Sindicato dos Médicos de Campinas e Região (Sindimed).

26º Congresso Sindical Comerciário

‘A coordenadoria-geral do 26º Congresso Sindical Comerciário do Estado de São Paulo, liderada por Luiz Carlos Motta, a partir das palestras proferidas em dois dias de intensos trabalhos, submete aos congressistas as deliberações formuladas juntamente com o coordenador-executivo, Walter dos Santos e Valdecir Alves, subcoordenador’.

Confira as seis deliberações aprovadas.

Trabalhador sindicalizado ganha mais

Os trabalhadores associados aos sindicatos de suas categorias ganham, em média, 33,5% a mais do que os não sindicalizados. Segundo **André Gambier Campos**, pesquisador do **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, as novas regras trabalhistas devem aprofundar ainda mais a diferença salarial entre esses dois segmentos.

De acordo com um estudo feito por Campos e recém-publicado, os trabalhadores não sindicalizados ganhavam, em média, R\$ 1.675,68 em setembro de 2015. Já os associados a sindicatos ganhavam R\$ 2.237,86. O pesquisador usou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O contraste também pode ser observado nas remunerações indiretas. Conforme o levantamento, 36% dos sindicalizados recebem auxílio-saúde, ante 20,3% dos não sindicalizados. Além disso, 63,9% dos trabalhadores sindicalizados têm acesso ao auxílio-alimentação, ante 49,3% dos não sindicalizados. No caso do auxílio-transporte, os índices são de 54,4% e 49,1%.

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A **UGT** é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos



Leia a Pesquisa
Leia o resumo executivo